

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL,  
JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES  
E DIREITOS HUMANOS



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

# Curso sobre Gestão Orçamentária e Financeira da Assistência Social

## Módulo III

# Construindo o Orçamento da Assistência Social

Coordenadoria de Gestão do Suas – CGSuas  
Coordenadoria de Gestão Financeira  
2021

**Princípios orientadores da Administração Pública, uma vez que os recursos são públicos. Princípios Constitucionais (Art. 37, CF):**

## **PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**L**EGALIDADE

**I**MPESSOALIDADE

**M**ORALIDADE

**P**UBLICIDADE

**E**FICIÊNCIA

## ***Torna-se fundamental que:***

- Os atores que desempenham algum papel na gestão e no controles públicos se apropriem das informações afetas a essa temática, buscando conhecer as novas configurações e exigências postas pela área, o que é orçamento, os instrumentos do planejamento orçamentário, os princípios orçamentários, a legislação e características referentes aos fundos especiais, dentre os quais se situam os fundos que executam políticas públicas.
- **Esses atores** devem conhecer os *instrumentos de planejamento na administração pública* e **se familiarizem com a linguagem orçamentária.**

**Mas isso, ainda é um desafio, porque o Planejamento técnico e financeiro** tem sido tradicionalmente tratado como tema de competência exclusiva de especialistas das áreas contábil, administrativa, financeira, considerado de difícil compreensão para os leigos poderem opinar, participar e acompanhar.

Os princípios da clareza, publicidade, discriminação, entre outros, precisam, de fato, ser efetivados.

**Entretanto deve haver o compartilhamento e trocas de saberes , entre os atores que atuam nas áreas técnicas (teóricas) e gestão orçamentária e financeira para poder viabilizar maiores entendimentos pelos conselhos e gestores das questões afetas ao campo do Financiamento e com isto fazer com os que atuam no controle das políticas públicas, possam efetivar estes controles de forma a contribuir e avaliar o que deve ser garantido para supri-las e atendê-las.**

- Devemos entender que o maior problema da ineficiência governamental não é exatamente gastar muito, mais gastar mal.
- Estamos diante de uma nova realidade fiscal, na qual se estabeleceram mecanismo de acompanhamento e controle da gestão e dos gestores públicos. Entretanto, este novo paradigma ainda não se consolidou efetivamente

# **INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO**

**Compromisso dos governantes com a sociedade para  
a execução das políticas Públicas**



# ***PPA – PLANO PLURIANUAL***

Constitui a síntese dos esforços de planejamento da administração pública, orientando os demais planos e programas de governo, assim como o próprio Orçamento Anual. (Giacomoni, 2002, p. 198).

Representa um planejamento de longo prazo (04 anos), ou seja, tem vigência para os três últimos anos de mandato do governo que o elaborou e para o primeiro mandato do próximo governo.

## **Documentos que dão diretrizes ao Plano Plurianual:**

- Programa eleitoral de governo;
- Constituição Federal;
- Constituição Estadual;
- Lei Orgânica do Município.

## ***Documentos que dão diretrizes para Plano Plurianual***

- Programa eleitoral de governo;
- Constituição Federal Artigo 165;
- Constituição Estadual;
- Lei Orgânica do Município.

# ***Mobilização Social***

1. Audiência com secretário de planejamento com os outros secretários para discutir plano de ação.
2. Audiência pública na Câmara Municipal para discussão da proposta (previsto na Lei Complementar n.º 101/00, art.48, Parágrafo Único).
3. Audiência pública anual para avaliação do cumprimento do PPA.

# ***LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS***

Estabelece as metas e prioridades da Administração Pública para o exercício seguinte, servindo de elo de ligação entre o PPA e a LOA para as despesas de capital e de programas de natureza continuada, cuja execução seja superior a um exercício financeiro; Contém regras para a elaboração da LOA.

A LDO é reforçada na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) pela incorporação do Anexo de Metas Fiscais e do Anexo de Riscos Fiscais, onde são estabelecidas pelo ente da federação as metas pretendidas no orçamento e os riscos que poderão prejudicar o alcance das referidas metas.

## ***Documentos que dão diretrizes para a Lei de Diretrizes Orçamentárias***

**Lei Complementar 101/00** : estabelecer as principais exigências para estruturação da LDO.

**Constituição Federal/88-Constituição cidadã**: Estabelecer que a LDO deve conter metas, prioridades e diretrizes para elaboração da Lei Orçamento Anual (LOA).

**Plano Plurianual** : Contém os programas e as ações para o período de quatro anos a partir dos quais a LDO deve priorizar ações na LOA.

# MOBILIZAÇÃO SOCIAL

1. Audiência com o Secretários saúde, educação ,assistência social e outros para discutir diretrizes para serem incluídas na LDO.
2. Audiência pública na Câmara Municipal para discussão do projeto lei ( previsto na lei complementar 101/00,art.48º, parágrafo Único).
3. Audiência pública bimestral na Câmara Municipal para avaliação do cumprimento das metas orçamentárias (previsto na Lei Complementar 101/00, art.9º,§ 4º.

# ***PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS CLÁSSICOS***

- Anualidade : Orçamento deve ser programado e executado para um exercício
- Unidade : A administração deve possuir somente uma única peça orçamentária
- Universalidade : O orçamento deve conter todas as receitas e despesas de todos os poderes e entidades da administração pública
- Equilíbrio : Estabelece que as despesas não devem ultrapassar as receitas previstas
- Exclusividade : Orçamento deve conter apenas matéria financeira não contendo assuntos estranhos a previsão da receita e fixação da despesa.
- Publicidade : Orçamento deve ser publicado no Diário Oficial, na internet e em outros meios de divulgação para dar ampla divulgação à sociedade.
- Compatibilidade : Reza que deve haver compatibilidade de objetivos entre o PPA, a LDO e a LOA.
- Legalidade Tributação : A Administração pública não pode aprovar o imposto e executar no orçamento do mesmo exercício.
- Precedência : O PPA, LDO e a LOA são elaborados em um exercício financeiro e executado no ano referente.

# ***LOA -LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL***

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento utilizado pelo governo para gerenciar as receitas e despesas públicas em cada exercício financeiro. A LOA é também conhecida como Lei de Meios e representa o principal instrumento orçamentário, haja vista que sem ela o administrador não recebe autorização para execução do orçamento.

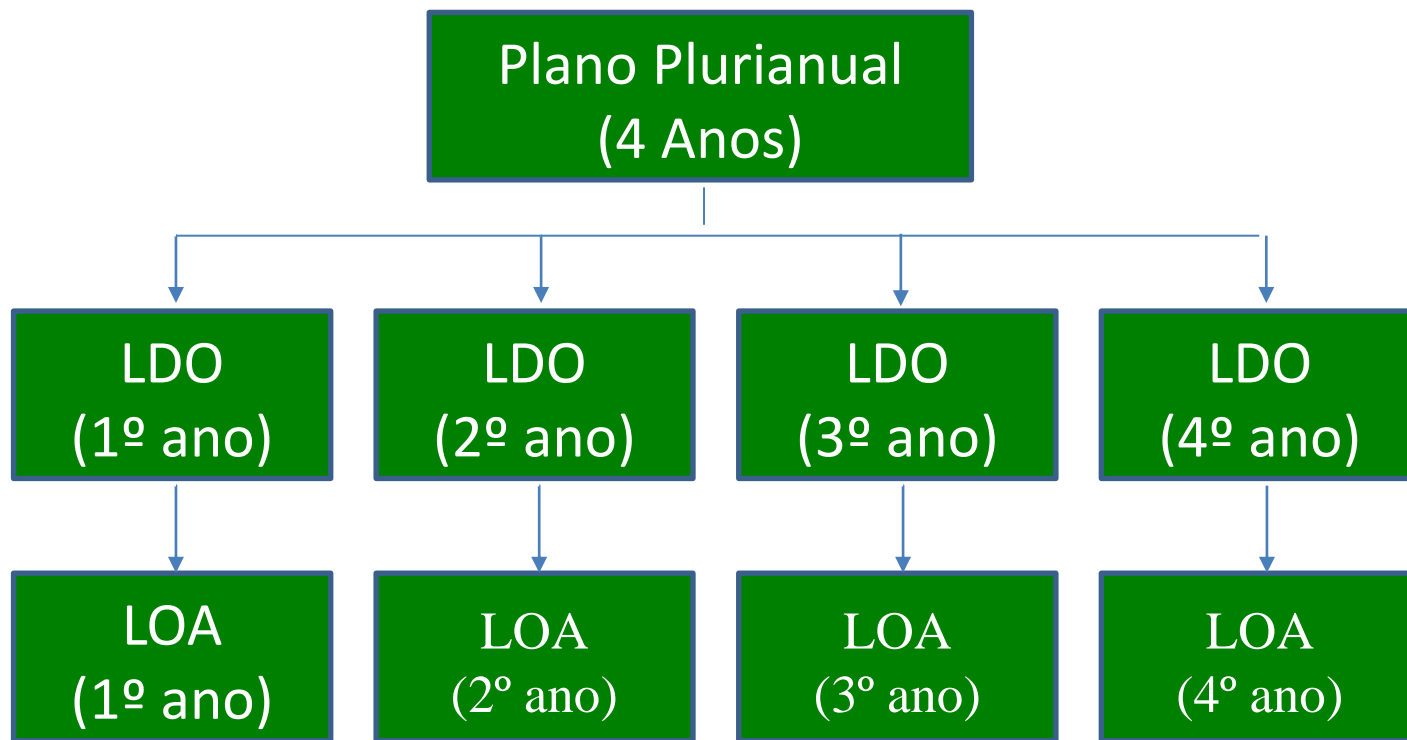


# ***LOA – Lei de orçamentária Anual***

***Documentos que dão diretrizes à execução  
orçamentária***

- Lei 4.320/64 ;
- Constituição Federal;
- Lei de Diretrizes Orçamentária(LDO).

# ***Estrutura do Planejamento Conforme a CF/88***



PROJETO	ENCAMINHAMENTO AO PODER LEGISLATIVO	DEVOLUÇÃO AO PODER EXECUTIVO
Plano Plurianual	4 meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial (31 de agosto)	Até 15 de dezembro do exercício em que for encaminhado
Lei de Diretrizes Orçamentárias	8 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril)	Até 30 de junho
Lei Orçamentária Anual	4 meses antes do encerramento do exercício financeiro (31 de agosto)	Até 15 de dezembro

***Estes prazos de encaminhamentos de devolução dos instrumentos de planejamento e orçamento “UNIÃO”***

# RELAÇÃO ENTRE AS LEIS ORÇAMENTARIAS

Os programas do PPA têm metas e indicadores quantificados



A LDO explicita metas e prioridades para cada ano



A LOA prevê recursos para sua execução

# ***CRÉDITOS ADICIONAIS***

## ***Suplementares:***

Destinados ao reforço da dotação orçamentária.

## ***Especiais:***

Destinados as despesas para as ações não haja  
Dotação orçamentária específica.

## ***Extraordinários:***

Destinados as despesas urgentes e imprevistas.

# ***FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL***

***LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS Nº 8742 DE 07  
DE DEZEMBRO DE 1993.***

## ***ARTIGO 30º- PARÁGRAFO ÚNICO***

É ainda condição para transferência de recursos do FNAS aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à ASSISTÊNCIA SOCIAL alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999.

A proposta orçamentária do Fundo de Assistência Social constará das Políticas e Programas Anuais e Plurianuais do Governo e será submetida à apreciação do Conselho de Assistência Social .

O orçamento da Assistência Social integrará o orçamento da Seguridade Social.

“ Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”

## **RECURSOS DA UNIÃO PARA FINANCIAR A ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- RECURSOS PRORIOS;**
- OPERAÇÕES DE CRÉDITOS;**
- CSLL-CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO JURÍDICAS;**
- CONTRIBUIÇÃO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL-COFINS;**
- RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS;**
- LEILÕES DA RECEITA FEDERAL(40%);**
- FUNDO DE COMBATE A ERRADICAÇÃO DA POBREZA;**
- PROGNÓSTICOS DE CONCURSOS( LOTERIAS).**

# ***QUEM FINANCIA À ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ?***

RECURSOS DO TESOURO

RECURSOS DO MC

RECURSOS DO SEDH

RECURSOS DO FECOP



# RECEITA PÚBLICA

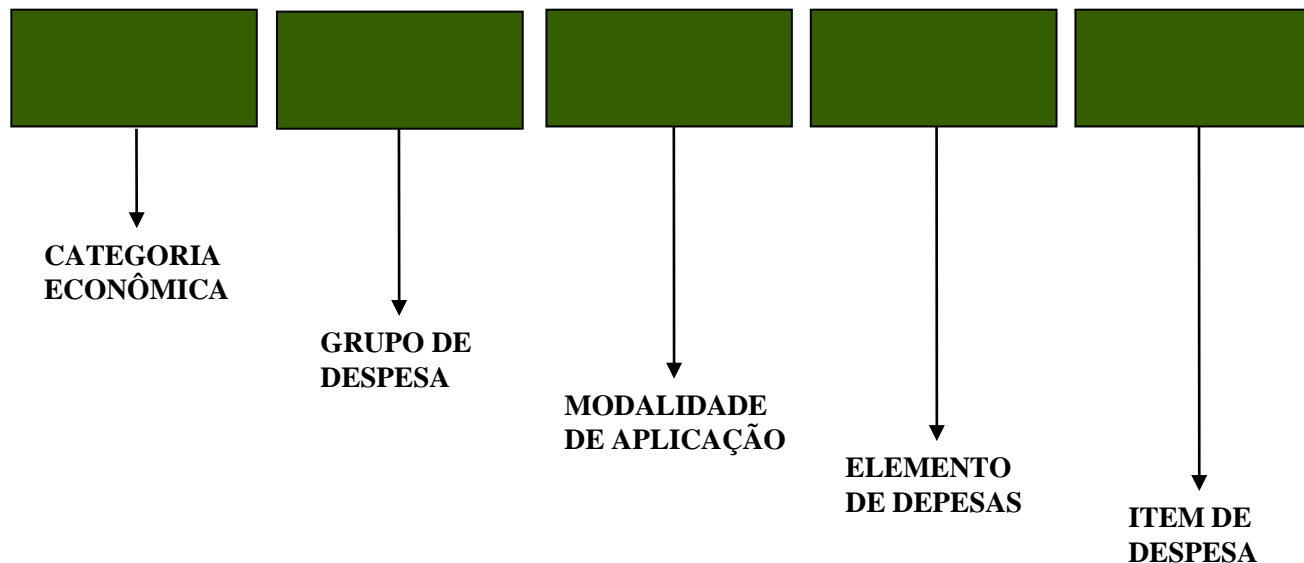
Receita Pública é a soma de ingressos, impostos, taxas, contribuições (**TRIBUTOS**) e outras fontes de recursos, arrecadados para atender às despesas públicas..

# **DESPESA PÚBLICA**

É o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

# ESTRUTURA DA NATUREZA DA DESPESA

**PORTARIA INTERNA Nº 163 DE 04.05.2001**



1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º

# Categorias Econômicas

**Finalidade principal:** dar indicações sobre o efeito que o gasto público tem sobre a economia como um todo.

É constituída por duas categorias:

3. Despesas Correntes
4. Despesas de Capital

# Grupos

## [3. Despesas Correntes]

1. Pessoal e Encargos Sociais
2. Juros e Encargos da Dívida
3. Outras Despesas Correntes

## [4. Despesas de Capital]

4. Investimentos
5. Inversões Financeiras
6. Amortização da Dívida

---

# MODALIDADE DE APLICAÇÃO

50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos.

90 - Aplicações Diretas.

40 - Transferências a Municípios.

41 - Transferência a Município (Fundo a Fundo)



# EMPENHO

Comprometimento efetivo das dotações orçamentárias.

Confere ao recurso orçamentário provisionado o status de valor empenhado.

## **Tipos de Empenho:**

- **Ordinário** : É utilizado quando se conhece exato da despesa
- **Estimativo** : É utilizado quando não se conhece a priori o valor;
- **Global** : Quando o valor é previamente estabelecido e que possam ser pagas parceladamente.

# LIQUIDAÇÃO

A liquidação consiste na verificação do direito do credor, pelos fornecimentos feitos ou serviços prestados, à vista dos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.



# PAGAMENTO

O pagamento corresponde ao desembolso financeiro em favor do credor, o qual só será efetuado quando ordenado, após sua regular liquidação.

# ESTRUTURA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- Unidade Orçamentária
- Função
- Sub função
- Programa de Governo
- PA
- Região
- Elemento de Despesa
- Fonte Recurso
- Iduso

U.O	Func.	S.F	PG	PA	Reg.	Desp.	FR	Id
47100001	. 08	. 122	. 400	. 20324	. 22	. 319011	. M	. 0
47100001	. 08	. 122	. 400	. 20324	. 22	. 339039	. M	. 0
47100001	. 08	. 122	. 400	. 20324	. 22	. 339030	. M	. 0

# ESTRUTURA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- Unidade Orçamentária
- Função
- Sub função
- Programa de Governo
- PA
- Região
- Elemento de Despesa
- Fonte Recurso
- Iduso

U.O	Func.	S.F	PG	PA	Reg.	Desp.	FR	Id
38200002	. 10	. 301	. 022	. 20555	. 08.	339030	F	1
38200002.	10.	301.	022.	10555.	08.	449051.	E	1
38200002.	10.	301.	022.	10555.	08.	449052.	M	0

# ESTRUTURA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- Unidade Orçamentária
- Função
- Sub função
- Programa de Governo
- PA
- Região
- Elemento de Despesa
- Fonte Recurso
- Iduso

U.O	Func.	S.F	PG	PA	Reg.	Desp.	FR	Id
57200002	. 12	. 363	. 713	. 10124	. 02	. 449051	. F	. 1
57200002	. 12	. 363	. 713	. 10124	. 02	. 449052	. M	. 0
57200002	. 12	. 306	. 713	. 20340	. 02	. 339030	. M	. 0

# ESTRUTURA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- Unidade Orçamentária
- Função
- Sub função
- Programa de Governo
- PA
- Região
- Elemento de Despesa
- Fonte Recurso
- Iduso

U.O	Func.	S.F	PG	PA	Reg.	Desp.	FR	Id
47200002	. 08	. 243	. 713	. 10124	. 02	. 449051	. F	. 1
47200002	. 08	. 243	. 713	. 10124	. 02	. 449052	. M	. 0
47200002	. 08	. 243	. 713	. 20340	. 02	. 339030	. M	. 0

# ESTRUTURA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- Unidade Orçamentária
- Função
- Sub função
- Programa de Governo
- PA
- Região
- Elemento de Despesa
- Fonte Recurso
- Iduso

U.O	Func.	S.F	PG	PA	Reg.	Desp.	FR	Id
47200003	. 08 .	242 .	022 .	10778 .	22 .	335043 .	D .	1
47200003	. 08.	242.	022.	10775.	22.	335041.	D.	1
47200003	. 08.	242.	022.	10775.	22.	445042.	D.	1

# ESTRUTURA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- Unidade Orçamentária
- Função
- Sub função
- Programa de Governo
- PA
- Região
- Elemento de Despesa
- Fonte Recurso
- Iduso

U.O	Func.	S.F	PG	PA	Reg.	Desp.	FR	Id
60200002	. 16	. 482	. 020	. 10356	.01	. 449051	. F	. 1

# ESTRUTURA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- Unidade Orçamentária
- Função
- Sub função
- Programa de Governo
- PA
- Região
- Elemento de Despesa
- Fonte Recurso
- Iduso

U.O	Func.	S.F	PG	PA	Reg.	Desp.	FR	Id								
24200002	.	13	.	392	.	022	.	10666	.	22	.	335043	.	E	.	1



# ESTRUTURA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- Unidade Orçamentária
- Função
- Sub função
- Programa de Governo
- PA
- Região
- Elemento de Despesa
- Fonte Recurso
- Iduso

U.O	Func.	S.F	PG	PA	Reg.	Desp.	FR	Id
47200002	. 14	. 422	. 689	. 21149	.22.	339039	. M.	0
47200002	. 14	. 422	. 689	. 13107	.22.	449051	. E.	1
47200002	. 14	. 422	. 689	. 13107	.22.	449052	. F.	1

# ESTRUTURA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- Unidade Orçamentária
- Função
- Sub função
- Programa de Governo
- PA
- Região
- Elemento de Despesa
- Fonte Recurso
- Iduso

U.O	Func.	S.F	PG	PA	Reg.	Desp.	FR	Id
26100001	. 27 .	811 .	400 .	20324 .	22 .	339036	.M .	0
26100001	. 27 .	811 .	400 .	10333 .	22 .	339036	.E .	1
26100001	. 27 .	811 .	400 .	15678 .	22 .	449051	.F .	1

# EXERCÍCIO 01 – Categorias Econômicas de Despesas

Relacione os dados da coluna "A" com os da coluna "B"

CATEGORIA ECONÔMICA (A) × ELEMENTO DE DESPESA ( B)

(4) Despesa de Capital

(3) Despesa Corrente

( ) Material de Consumo

( ) S. T. Pessoa Física

( ) S. T. Pessoa Jurídica

( ) Equip. M. Permanente

( ) Obras

( ) Diárias

( ) Passagens e Locomoção

# EXERCÍCIO 02 – TIPOS DE DESPESAS

Relacione os dados da coluna "A" com os da coluna "B"

ELEMENTOS DE DESPESA (A)   X   TIPOS DE DESPESA (B)

(11) VANTAGENS FIXAS  
(14) Diárias  
(30) Material de Consumo  
(33) Passagens e Locomoção  
(36) S. T. Pessoa Física  
(39) S. T. Pessoa Jurídica  
(52) Equip. M. Permanente  
(51) Obras

( ) Viagem a serviços/psb  
( ) Locação de veículos  
( ) Aquisição de computador  
( ) Combustível  
( ) Lanches  
( ) folha de servidores públicos  
( ) Energia elétrica  
( ) Aquisição de impressora  
( ) Combustível  
( ) Suprimento de Informática  
( ) Construção de um CRAS  
( ) Materiais para escritório

# Agradecemos

## Coordenadoria de Gestão do Suas - CGSuas

E-mails: [apoiogestaom@gmail.com](mailto:apoiogestaom@gmail.com) / [vigilanciasocial@sps.ce.gov.br](mailto:vigilanciasocial@sps.ce.gov.br)

Telefones: 3101.4586/ 3101.4576/ 3101.4611/ 3101.2108

**Paulo Pimenta - Contador Social - (85)9921-3463**



# **CEARÁ**

## **GOVERNO DO ESTADO**

**SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL,  
JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES  
E DIREITOS HUMANOS**